

Pensamento econômico e movimentos sociais: uma abordagem ontológica da práxis marxiana

*Maria Angélica Borges**

A exigência de Marx é que se crie uma filosofia radicalmente nova, capaz de transformar o mundo.

Agnes Heller

A filosofia radical

Resumo:

O texto aborda a teoria econômica, a partir da sua edificação como ciência e sua relação com os conflitos sociais. A Ciência Econômica nasce como Economia Política – influenciada pela História e pela Filosofia – edificando a prévia-ideação da complexa realidade do capitalismo, no período da dupla revolução: Industrial e Francesa. Para enfrentarmos tal problemática, do ponto de vista histórico, privilegiamos o corte ontológico de talhe dialético nas nossas investigações, abordando os clássicos da teoria econômica e representativos movimentos sociais nos séculos da era industrial, mesclando as mediações pertinentes ao socialismo científico na vertente marxiana

Na produção do saber científico, Adam Smith destaca-se como marco teórico da criação de um ideário próprio da economia. Este autor alimentou-se de toda a tradição do pensamento humano ocidental para chegar à formulação da teoria do valor trabalho. Merecem destaque as idéias econômicas imediatamente anteriores à sua produção intelectual, principalmente as mercantilistas e fisiocratas, as quais constituem marcos fundamentais à sua obra. Nesta tradição, continuou na busca de leis naturais que pudessem explicar o tecido econômico e oferecer a compreensão científica da atividade econômica. Para tal, construiu o *homo aeconomicus* segundo a lógica do mercado, indo ao encontro dos anseios da classe social que representava. O homem smithiano nasce com a alma capitalista, pois

* Professora Titular do Departamento de Economia da FEA/PUCSP.

aparece no mundo com a propensão natural para trocar. A troca é imanente ao ser social. Homem e troca possuem uma identidade absoluta, portanto a troca é um *a priori* que não precisamos explicar, somente reconhecer. Tem valor axiomático, por isto constitui ponto de partida para o seu edifício doutrinário.

Para o ser social, o reconhecimento da natureza humana comerciante é possível através da fala, órgão da persuasão do outro e que o conduz aos contratos. Dotado destas qualificações naturais, o homem pode maximizar recursos, ser produtivo no seu relacionamento com a natureza e com os outros homens através da atividade laborativa (posição teleológica). A especialização é a resposta para o desenvolvimento, conseqüentemente, a divisão do trabalho passa a ser a racionalização possível. Cada qual, no exercício constante de sua atividade, tenderá a produzir cada vez mais e melhor. Sendo assim, está dada a chave para que cada indivíduo participe, de forma crescente, do trabalho de toda a comunidade.

Neste contexto, o trabalho aparece como gerador do valor e, também, da primeira moeda, portanto: a medida do valor. Todos sabem o quanto custa produzir mercadorias, assim como convencer e/ou ser convencido no mercado, quais são as equivalências possíveis em cada transação. O bom senso, num primeiro momento, pode traçar uma pletora de negociações.

Porém, com o desenvolvimento histórico, as transações econômicas tornam-se também mais complexas, bem como as explicações do movimento da realidade. Smith se propõe a responder a este grande desafio, ou seja, buscar, para o seu momento, a lógica de funcionamento da economia.

O autor escocês percebe que há diferenças substantivas entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas; e será a partir deste reconhecimento que traçará sua medida do valor. Parte de uma equação universal, particularizando-a para cada uma destas fases. Aí repousa toda a sua grandeza e, contraditoriamente, é também a armadilha tautológica de sua concepção de valor, ou seja, explicando o valor pela soma de outros valores.

Trata-se da Teoria da Adição, forma como ficou conhecida a formulação smithiana sobre os preços: $P = \text{Renda da Terra} + \text{Lucro} + \text{Salário}$. Com esta equação estamos diante das categorias que constituem o valor; e estas originam-se da atividade laborativa humana. O homem transforma a natureza através do trabalho e cria todos os instrumentos de produção e a *produção* propriamente dita. No pré-capitalismo, todos os elementos que envolvem a produção pertencem ao trabalhador, assim como o fruto de seu trabalho. No capitalismo, as condições da produção estão separadas do trabalhador, gerando antítese na apropriação dos frutos do trabalho. Sendo assim, o trabalhador terá parte do seu trabalho expropriado pelo capitalista,

para que haja acumulação de capital. Eis o ponto em que Smith chega e pára, retorna e rodopia. Eis, também, o ponto que Ricardo retoma.

Marx alertou-nos sobre as ambigüidades contidas na *Riqueza das Nações*, afirmando que o fundador da economia política clássica fundamenta as linhas gerais da produção, já capitalistas, como formas eternas da produção, segundo a natureza humana. Porém, não deixou de ser um marco. Estamos diante de uma construção teórica que mescla sua análise conceitual com elementos do real, viaja dos conceitos à realidade e dela para o mundo teleológico, realizando uma rica análise, colocando em tela suas preocupações com o entendimento da riqueza. Na abordagem a seguir aparecerão, a partir de seu sucessor, as diferenças que a economia política explicitará entre as categorias econômicas: *riqueza e valor*.

David Ricardo aparece como o principal sucessor do pensador escocês e supera alguns limites contidos na obra do mestre; avança na conceituação do valor, estabelecendo sua especificidade com relação à riqueza, dentro de uma malha conceitual na qual o grau crescente de abstração permite ao seu corpo gnosiológico criar um sistema lógico-dedutivo que capta o objeto perseguido - determinar as leis da distribuição como teleologia da ciência econômica - em um espaço mais generoso da concreção do conhecimento. Desdobrando esta investigação, reitera o trabalho como fonte do valor e polemiza as conseqüências da teoria smithiana, opondo sua teoria integrada do valor à teoria da adição. No desenvolvimento destes princípios, e dentro da perspectiva do capital, chegou ao máximo de consciência possível (na ótica burguesa) no que tange à formulação desta lei.

No século XIX, a problemática da determinação da origem e evolução da taxa de lucro perdura. O economista inglês, desde o início de suas reflexões sobre a economia política, abraça esta questão, como demonstra Coutinho (1993). Suas primeiras formulações estão registradas no panfleto de 1815, intitulado: *Ensaio sobre a influência de um baixo preço dos cereais sobre os lucros do capital*. Um texto instigante, que traz implícitas as disputas das três classes envolvidas na produção capitalista.

Ricardo aborda a composição e evolução da taxa de lucro condicionadas ao comportamento da atividade agrícola, criando assim um modelo de interpretação econômica no qual a renda diferencial da terra ocupa um lugar de destaque. É o binômio lei da população e fronteira agrícola o marco da formação da taxa de lucro na agricultura. Estando as terras férteis restritas a quantidades limitadas, com o crescimento populacional, necessariamente há que se dar a migração para regiões cada vez menos férteis. Portanto, as terras férteis gerarão rendas cada vez maiores. Na disputa pela repartição do *surplus* criado pelo trabalho, acirram-se as contradições entre o

capital agrário e o industrial. Saindo na defesa do segundo grupo, Ricardo clama pelo fim da proibição das importações dos cereais. É contra as Leis do Trigo. Devemos importar cereais, estabelecer a livre concorrência e permitir o barateamento do custo da força de trabalho. Aí está o *busilis* da repartição do produto da produção. Porém, o documento não desenvolve de forma plena todas as contradições implícitas na problemática do valor. Ricardo é obrigado a voltar a esta questão e, desta vez, via teoria do valor trabalho em toda a sua amplitude. Para tal, inicia seu debate com Smith retomando a determinação do valor pelo trabalho.

A obra do economista inglês representa uma Teoria do Capital na tradição que vem desde Quesnay, com sua discussão sobre os adiantamentos, seguida por Smith na singularização sobre os lucros e o capital. No que tange a Ricardo temos: “o mérito de ter subordinado ao capital a totalidade do sistema” (Coutinho, 1993:210).

Foi uma obra centrada na taxa de lucro, enfocando os conflitos distributivos. Destarte, capital e concorrência ganham maior evidência explicativa e amadurecem a análise das vantagens comparativas no comércio internacional. Baseada em um corpo científico edificado com rigor, a teoria ricardiana colocou a ciência econômica nos parâmetros universais. Posteriormente, tendencialmente, as diferentes correntes do pensamento econômico - inclusive os dissidentes das suas conclusões teóricas — reconhecem a validade de suas formulações.

Após a morte de Ricardo, na Inglaterra, há uma reação do pensamento oficial com relação à sua obra e, principalmente, à concepção de valor que ela continha. Há uma negação da teoria do valor trabalho e desenvolve-se no pensamento dominante uma teoria apologeta (vulgar, segundo a ontologia marxiana) da produção capitalista. Já na outra ponta, no movimento sindical, surgem os socialistas ricardianos (Borges, 1998).

Na seqüência, Marx aparece, realizando sua contribuição crítica às formulações da economia política clássica, construída na *perspectiva do capital*. Estuda profundamente os dois maiores representantes do pensamento econômico clássico, Smith e Ricardo, junto com outros importantes autores. Sinaliza os avanços e bloqueios da teoria econômica até aquele momento e nos oferece a sua compreensão do valor trabalho na *lógica do trabalho*.

Com relação ao tema em tela, é mister lembrar que será o movimento dos trabalhadores, a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, que irá resgatar e desenvolver a teoria do valor trabalho, quando abandonada pelas hostes ligadas à perspectiva do capital. É com a evolução deste movimento que se encontram as respostas: de um lado, para este abandono pelos representantes do sistema da teoria que foi berço da ciência econômica;

e de outro, para o resgate dessa perspectiva pela oposição a este mesmo sistema.

Toda esta trajetória da ciência econômica, segundo os parâmetros gnosiológicos deste trabalho, reflete o desenvolvimento da materialidade social e os conflitos entre os diferentes grupos na disputa pela participação na riqueza gerada. Ao enfrentarmos a relação entre o saber existente neste período e a organização dos trabalhadores, ou seja, a análise de como um momento interfere no outro, percebemos, de um lado, como a teoria econômica entende a luta dos trabalhadores e, de outro, como as suas organizações abraçam ou criticam esta produção teórica. A teoria econômica – enquanto produtora das categorias analíticas — busca explicar o tecido econômico, ou seja, como os espaços de combate criados pelos trabalhadores ao longo da história social refletem as disputas dos grupos que validam ou criticam a forma como é criada e distribuída a riqueza material. Logo, existe um duplo movimento a ser percebido e explicado entre teoria econômica e história (Borges, 1998).

Na ontologia do ser social encontramos, nos seus momentos reais: material e ideal, a produção e a reprodução da existência como o substrato da vida dos homens (Borges, 1997). O conhecimento especializado desta condição humana surge como síntese de uma longa trajetória, sendo que a discussão sobre a economia está presente em diferentes textos desde a Antiguidade (por exemplo, o pensamento aristotélico e sua tematização sobre a origem do valor, tendo como fonte a necessidade), passando pela era mercantilista (o valor e sua determinação na esfera da circulação), com destaque para o pensamento fisiocrático (valor e custos de subsistência dirigindo o enfoque na direção da produção) e, finalmente, a teoria do valor da escola britânica no período da industrialização nascente.

Frisamos, na linha do que já foi aludido, que a teoria econômica, na sua interface tanto com a história econômica assim como com a história do pensamento econômico, revela um *locus* para o saber científico: a análise da ciência econômica na sua inter-relação com os movimentos dos trabalhadores. Trata-se de um veio rico em determinações que revelam, de um lado, o grau de desenvolvimento alcançado pela teoria produzida em cada época e, de outro, o amadurecimento das lutas em todos os seus níveis: político, social e cultural; assim como nos permite, na verificação analítica desta correlação, medir o crescimento, aprofundamento e influências mútuas de todos os aspectos da vida social, contemplando um caminho em direção à totalidade da apreensão cognitiva, mesmo que em nuances diferenciadas do ponto de vista da concreção realizada.

Fazendo a análise profunda da economia política clássica, delineada

nas linhas acima, Marx aprofunda a teoria do valor-trabalho, tornando-a arma científica para as lutas sociais de seu tempo. Com a teoria da mais-valia, expressa na sua forma mais elaborado n' *O Capital*, o economista alemão solidifica as bases econômicas do socialismo científico. Trata-se de uma construção teórica que sinaliza para além da lógica do capital e perspectiva, com sua teoria das crises, a possibilidade da intervenção transformadora da realidade. Como fica claro nas suas palavras à *Crítica ao Programa de Gotha*, somente uma análise dialética e materialista do capitalismo poderá indicar a superação do reino da necessidade para o reino da liberdade. Nessa angulação que o valor é entendido e teorizado.

Desde as primeiras páginas de sua maior obra o economista e filósofo tedesco abre uma discussão sobre os mecanismos de exploração do trabalhador dentro do sistema econômico capitalista. Sua teoria do valor-trabalho, traduzida na sua teoria da mais-valia, demonstra, através do funcionamento da jornada-trabalho, que uma parte desta não é paga ao trabalhador. Portanto, após remunerar o capitalista trabalhando o suficiente para repor o seu custo expresso no salário, realizando o trabalho necessário, o trabalhador realiza o trabalho excedente – gratuito – justificando a razão do dono do capital monetário transformá-lo em capital produtivo, em busca da criação do capital-mercadoria, para valorizar o seu investimento inicial ao realizá-lo na esfera da circulação. Para dar conta da contribuição crítica da economia política, Marx apropria-se do melhor produzido pelo pensamento econômico, critica seus limites, revê conceitos, por exemplo: de capital fixo e circulante, cria novos conceitos, como os de capital constante e variável. Assim como, introduz a discussão das crises a partir da composição orgânica do capital, da lei da queda tendencial da taxa de lucro, da desproporcionalidade dos departamentos da produção econômica, envolvendo todos esses conceitos nas contradições expressas na forma com se põem às leis da acumulação capitalista a partir da centralização e concentração do capital e a conseqüente formação de um imenso exército industrial de reserva. Dilata o entendimento do dinheiro e suas funções dentro do ciclo global do capital industrial nas suas interfaces com o capital monetário e mercadoria (Marx, 1983/5).

É uma densa teoria que os limites impostos por um simples texto não nos permite avançar mais e pormenorizar detalhes importantes, pois temos que dar conta, também, das mediações da teoria econômica com a dinâmica das lutas sociais. Nessa direção, vamos contemplar o fazer teoria marxiano com sua atuação nos principais movimentos europeus do seu tempo.

Falar do marxismo como tendência do movimento dos trabalhadores pressupõe circunscrever adequadamente a vida e a obra Marx, assim como a de seu colaborador, Engels. Estes dois autores escreveram não só sobre o seu

próprio momento histórico, na relação dos trabalhadores com a sociedade em geral, como também a história do movimento socialista desde a sua gênese. Debateram com as correntes de seu tempo e se posicionaram com relação às suas análises, sempre com firmeza e contundência. Ao olharmos para as suas idéias, olhamos para uma parte da história das idéias e práticas ligadas à perspectiva do trabalho.

Marx aos 23 anos de idade conclui sua fase estudantil com a apresentação de sua tese de doutorado, intitulada: *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, à Universidade de Iena. Nessa época, Marx ainda aspirava ao cargo de *dozent* na Universidade de Berlim. Sua postura crítica, já explicitada publicamente, incompatibilizou-o com aquela Instituição. Isto posto, Marx abandona a idéia de participar da vida acadêmica e começa a trabalhar como jornalista. No Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, oferece-nos um traçado evolutivo de sua vida e obra de 1842 a 1859, quando menciona sua necessidade de debruçar-se sobre as questões econômicas. Relata que, diante da deliberação do Parlamento renano sobre o roubo da madeira e parcelamento da propriedade fundiária, assim como a polêmica sobre a situação dos camponeses do Mosela e a problemática do livre-câmbio, viu-se seduzido a estudar economia política de forma sistemática. Ou seja, no início de sua profissão como jornalista, já se coloca criticamente diante do tecido social e privilegia o lugar da economia diante do todo. E, ao fazê-lo, já sente necessidade de dar conta da teoria econômica numa perspectiva também crítica. Como se vê, o filósofo alemão, desde muito cedo, dedica-se totalmente à meditação e teorização da realidade. Em 1843, Marx reve a crítica da filosofia política de Hegel, escrevendo uma “Introdução”, que integrará um dos textos nos *Anais Franco-Alemães de 1844*, ao lado d’*A Questão Judaica* e do texto de Engels *Esboço Para uma Crítica da Economia Política*.

Ainda no ano de 46, eles organizam uma rede de comitês comunistas de correspondência, cujo objetivo era “relacionar os socialistas alemães com os franceses e manter os estrangeiros informados quanto aos movimentos socialistas na Alemanha, e informar os alemães na Alemanha dos processos do socialismo na França e na Inglaterra” (Marx, 1987:18). Dessa forma, para Marx e Engels, diferenças de pontos de vista poderiam ser esclarecidas, poder-se-ia chegar a uma troca de idéias e à construção da crítica imparcial. Esta postura levaria o movimento a aproximar-se da internacionalização.

Outro exemplo é uma das reuniões do Comitê de Correspondência de Bruxelas, em que, ao se discutir a questão da propaganda política na Alemanha, Marx diz ser um verdadeiro engano toda investida em galvanizar o povo sem lhe oferecer sólidas bases para a sua ação. Nas suas palavras temos:

“Em particular, dirigir-se na Alemanha aos operários sem possuir idéias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta equivaleria a levar a cabo um jogo desonesto e inútil, uma propaganda em que estaria suposto, de um lado, um entusiasmo hipotético e, doutro, simples imbecis escutando de boca aberta” (Marx, 1987:19).

Tanto num caso como no outro, podemos reconhecer as características da atuação marxiana dentro do movimento dos trabalhadores: precisão nas informações e seriedade científica na atuação. Pois, como ele próprio mencionou uma vez, sua postura não coadunava com o esporte de fazer revoluções, ao contrário, a ação deve sempre estar pautada em análises concretas da realidade. Tal raciocínio também é válido para Engels.

Dentro desse roteiro, cabe agora frisar o ano de 1847, data da publicação de *A Miséria da Filosofia*. Nessa obra, há uma importante elaboração acerca do valor (apesar dos limites que serão superados na fase econômica posterior), assim como sua crítica aos limites da escola dos socialistas ricardianos e a oposição enérgica às concepções de Proudhon.

Enfim, falar do marxismo é percorrer o debate dentro do movimento dos trabalhadores. Na oposição, ou na reafirmação de suas idéias, é obrigatória a referência a Marx e Engels. Não há como esquecê-los. E uma das lembranças mais significativas é *O Manifesto do Partido Comunista de 1848*. Marx e Engels recebem da Liga dos Comunistas a incumbência de redigi-lo durante o Congresso de Londres de 1847. No Prefácio de 1859, em função da sua importância, o *Manifesto* é referido por Marx como um dos momentos de sua evolução teórica e prática, juntamente com as duas conferências que viraram publicações: *O Discurso Sobre o Livre-Comércio e Trabalho Assalariado e Capital*. A análise dos diferentes prefácios dos vários lugares do mundo onde o *Manifesto* é traduzido e publicado, nos dá uma dimensão da própria evolução do movimento. As edições atuais costumam reunir a evolução dos prefácios.

Neste contexto, lembramos que o ano de 1848 é um dos marcos históricos que representa as revoluções do século XIX, exemplo marcante foi quando Tocqueville expressou na Câmara dos Deputados sentimentos que muitos europeus compartilhavam:

“Nós dormimos sobre um vulcão. Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte’.

Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando a seus colegas, no programa que ambos tinham traçado semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha saído publicado anonimamente em Londres, por volta de 1848, sob o título (alemão) de Manifesto do Partido Comunista, ‘para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês’. Em poucas semanas, ou, no caso do Manifesto, em poucas horas, as esperanças e temores dos profetas pareceram estar na iminência da realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução europeia tinham iniciado” (Hobsbawm, 1982:29/30).

Sob o influxo da Revolução de Fevereiro em Paris, deu-se a *Revolução de Março de 1848* na Confederação Germânica, movimento precipitado pelos acontecimentos da Revolução na França. Também apareceu, naquele ano, em Colônia – Província do Reno –, a *Nova Gazeta Renana*, diário que foi considerado o Órgão da Democracia.

Já mencionamos a Liga dos Comunistas, que resultou da transformação da Liga dos Justos em 1847, na capital inglesa. Porém, cabe lembrar que esta se cindiu em 1850, em face da proposta de desaquecimento de suas atividades, feita por Marx e Engels, dado que a onda revolucionária de 48 se amainara e uma nova fase de prosperidade capitalista se desenvolvia. E concluindo o referente à Revolução de Março, em 1852, é instaurado um processo contra os comunistas de Colônia. Com este termina o primeiro período do movimento operário comunista na Alemanha. Após a condenação, a Liga foi dissolvida - ela que havia sido, apesar de toda a sua debilidade, a única organização revolucionária de importância.

Após esse período, Marx retorna ao gabinete de estudos. Com relação à passagem de um momento a outro - da *Revolução de Março* à volta aos estudos -, o filósofo alemão nos diz que a publicação da *Nova Gazeta Renana* e os acontecimentos sucessivos impediram a continuação de seus estudos econômicos, que recomeçaram em Londres (1850). Teve à sua disposição o vasto material do Museu Britânico e o ambiente favorável daquela cidade como torre de observação da sociedade burguesa e o novo momento histórico-social com marcos significativos, como a descoberta do ouro na

Califórnia e na Austrália. Todos estes eventos, somados, por si só justificavam uma nova empreitada de estudos e, agora, abrangendo outras disciplinas.

Outro marco importante a ser resgatado, que mantém um vínculo estreito entre a formulação teórica da problemática do valor e o movimento socialista, é o **Congresso de Gotha**. Em função desse evento, foi redigido um programa de pretensão socialista, ao qual Marx e Engels se posicionaram totalmente contrários. Marx registrou sua discordância numa obra póstuma publicada por Engels, em 1891 (Marx, 1972). Nesta, temos oportunidade não só de conhecer melhor as propostas marxiana sobre o valor, como também apreender melhor suas formulações acerca do comunismo. Sabemos que os últimos anos de vida de Marx foram marcados pela doença que impediu a continuidade de sua obra. Os volumes II e III d'O *Capital* foram elaborados por Engels e uma das filhas do pensador alemão, tendo em vista uma maneira acabada para publicação. Mas, mesmo não concluindo sua obra, deixou-nos um imenso legado.

Práxis marxiana na história do pensamento econômico

A partir da práxis contida na análise marxiana, cabe frisar que a segunda metade do século XIX conheceu um período de prosperidade econômica, na qual superou-se a crise vivida na manufatura têxtil através do desenvolvimento dos caminhos de ferro. A tecnologia conhecida na extração do carvão foi transferida para os meios de transporte, inaugurando a ferrovia com todos os seus progressos. A Inglaterra foi a pioneira desta fase capitalista, obtendo com isso a intensificação de sua produção, assim como exportando para outros locais esta tecnologia. A França e a Alemanha acompanharam, em seguida, este progresso.

Tal desenvolvimento repercutiu nas organizações dos trabalhadores europeus, visto que este novo ciclo de desenvolvimento econômico encontraria um novo leito de prosperidade. E as lutas, assim como as reivindicações trabalhistas, encontrariam novas formas de manifestarem-se, de acordo com este momento:

O período de prosperidade, que em 1849/50 havia posto fim ao primeiro surto do movimento europeu de trabalhadores, veio fortalecer o desenvolvimento industrial da Inglaterra e intensificou a disseminação da nova forma de produção na França e na Alemanha. Enquanto se manteve inalterada a conjuntura, a burguesia se satisfazia com as situações políticas que reinavam no continente após a derrota da Revolução, mesmo encontrando-se praticamente excluída de participação no poder

político. Na França dominavam o Exército, a máquina burocrática e a polícia de Napoleão III nos Estados da Federação Alemã, um regime, algo modificado conforme o lugar, de predomínio dos soberanos, da aristocracia feudal e da burocracia estatal. A classe operária não mais estava apta a exercer uma atividade própria, seus líderes foram mortos depois da Revolução, privados da liberdade ou forçados a emigrar. Somente na Inglaterra é que pôde subsistir um resto de continuidade organizacional graças às agrupações sindicais (Abendroth, 1977:31).

Diante das novas condições européias, os trabalhadores repensam sua linha organizacional. Pois, as contradições existentes entre capital e trabalho estavam longe de terem sido resolvidas. Era uma tranquilidade aparente, que demonstrava a década de 1850, e os fatos históricos não tardaram em revelar os antagonismos adormecidos.

Como é sabido, com as melhorias materiais ocorridas no período, melhorou, também, a situação da classe trabalhadora, principalmente a ala industrial, “embora a sua participação relativa no produto nacional global da produção industrial não sofresse alteração” (Abendroth, 1977:32). Porém, as melhorias sempre refletem os resultados das reivindicações, logo, com base nas conquistas do passado, no período de prosperidade econômica, os trabalhadores obtiveram algumas vantagens. Aproveitaram a concorrência entre os capitalistas na disputa dos quadros mais qualificados e melhoraram seus espaços de luta.

No final da década a crise voltou e, com ela, novas frentes de batalha. O Parlamento inglês, através da ação dos Radicais, conseguiu impedir que os setores mais atrasados apoiassem o Sul na guerra civil americana. É deste período, também, a greve londrina na construção civil, que ratificou o direito à associação naquele país, temperada com práticas crescentes de solidariedade aos grevistas através, inclusive, da criação de fundos.

Também o movimento dos trabalhadores franceses reativou-se com a crise do final dos anos 50 do século XIX. Naquele país mantinha-se a proibição ao direito de associação, porém, como resultado das movimentações, o poder francês “enviou uma delegação de 550 trabalhadores à Exposição Mundial de Londres, em 1862. (...) A delegação teve contato com o *Conselho Sindical* londrino e foi acertada uma manifestação em prol da revolução polonesa para o dia 22 de julho de 1863, em Londres” (Abendroth, 1977:34).

Esses acontecimentos tiveram seus frutos imediatamente, pois no dia

seguinte à manifestação descrita acima, discutiu-se entre as lideranças trabalhistas em Londres, a possibilidade da criação de uma organização internacional de união permanente dos trabalhadores. Para tal, os ingleses montaram uma comissão sob a liderança de Georg Odger, que redigiu uma mensagem para os companheiros franceses: “Conclamava à atuação conjunta dos trabalhadores de todas as nações civilizadas, ao apoio à sublevação polonesa e a que se impedisse a pressão salarial exercida sobre os operários ingleses mediante o recrutamento de mão-de-obra mais barata na área continental” (Abendroth, 1977:34).

Estamos diante dos acontecimentos que geraram o chão social para a inauguração de uma nova fase na organização dos trabalhadores, com repercussão mundial. A Segunda metade do século XIX vê nascer a primeira reunião que dará origem a Associação Internacional dos Trabalhadores. O dia histórico foi 28 de setembro de 1864, na cidade londrina no St. Martins Hall. Somando-se aos ingleses e franceses, estavam presentes outros grupos de emigrantes, inclusive os italianos liderados por um ajudante de Garibaldi, assim como os alemães, com membros da *Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores* de Londres.

Cabe ressaltar a liderança de K. Marx neste evento, pois foi eleito para compor a Comissão Central como um dos dois representantes da Alemanha no montante de 32 membros. Vários críticos registraram a importância que o pensador alemão atribuía a este evento, apesar do seu realismo quanto à imaturidade do movimento.

A atuação de Marx se fez sentir com grande amplitude dentro do movimento. Ele colaborou com a redação dos estatutos e seu preâmbulo, assim como imprimiu o seu ponto de vista contra seus adversários já no pronunciamento inaugural. Opositores como Proudhon, Mazzini e seguidores de Owen foram desde o início contidos. Com habilidade, o filósofo tedesco redigiu as palavras à classe trabalhadora a partir do que era comum a todas as alas, invocando princípios gerais que constituíam uma ampla plataforma inaugural.

Marx foi a grande liderança da I Internacional. A história desta agremiação seria marcada pelos embates enfrentados pela hegemonia marxiana e seus vários adversários. Um retrato aproximativo das forças que estavam presentes desde a primeira hora, identifica os ingleses pertencentes a Liga da Reforma – *Reform League* - grupo que congregava os burgueses radicais e os sindicalistas, unidos pela democratização do voto no seu país, vitoriosos na aprovação da Lei do Voto de 1867. Na seqüência temos os franceses, cujos adeptos, majoritariamente, estavam sob as asas do proudhonismo. Porém, neste embate, o socorro da Internacional,

acompanhado pelos sindicatos britânicos nos eventos de 1867 em Paris (*lockout* do setor do bronze) e, em seguida, do ramo dos têxteis em Rouen e Lyon adicionados aos mineiros de carvão em St. Etienne, abalaram as concepções dos franceses, inclusive do líder Eugène Varlin. O movimento no continente, do outro lado da Mancha, passou a aceitar a necessidade da greve, de atos políticos e sociais, assim como a apropriação dos meios de produção, ressaltando que os blanquistas ainda permaneciam distantes, mas mesmo assim, Blanqui compareceu ao Congresso de Bruxelas de 1868, como espectador.

A Internacional, paulatinamente, crescia junto a outros setores trabalhistas europeus: belgas, suíços, holandeses, italianos, espanhóis e austríacos foram se filiando e aumentando a base de apoio deste movimento. O crescimento da organização é marcado pela explicitação dos seus antagonismos; desde a Conferência ocorrida em Londres ficou registrado o embate com o proudhonismo, que viria a crescer e acentuar as posições conflitantes entre os setores mais dinâmicos e os mais atrasados dentro da agremiação.

As divergências entre as duas concepções assinaladas acima reapareceriam no Congresso de Lausanne de 1867, focalizadas, agora, com relação ao entendimento do poder do estado e da luta política da classe trabalhadora: "Esse papel era negado pelos proudhonistas, que faziam abstração do poder do Estado, querendo, assim, alijá-lo da evolução social" (Abendroth, 1977:38).

Finalmente, cabe referir o Congresso de Basileia de 1869, que pôs fim ao debate sobre as idéias proudhonianas, por um lado, mas, por outro, vê nascer as divergências com os bakuninistas, que iriam abalar a possibilidade da continuidade da associação no solo europeu.

Estas novas divergências no seio da Internacional encontram pela frente a deflagração da guerra entre a França e a Alemanha e o chão social do nacionalismo. É neste contexto, carregado de grandes contradições, no qual estão envolvidos os interesses das nações e a luta pela emancipação dos trabalhadores, que nasce a Comuna de Paris.

Os operários de Paris, no meio dos percalços da guerra imperialista, vieram em socorro da Guarda Nacional. A burguesia enquanto classe, nos dois países, prefere primeiro destruir o inimigo maior: o proletariado e depois resolver suas contradições. A comuna, segundo Lênin foi a primeira forma do poder operário, seguida pela Revolução Russa de 1917. Ficou no poder três meses e foi derrotada pelas forças da reação. Sua história está entrelaçada com a história da I Internacional dos Trabalhadores e foi Marx quem até hoje melhor definiu aquele período, mostrando os avanços e retrocessos vividos

naquele momento (Marx, 1979).

Será das suas conseqüências que delineará o movimento operário do final do século XIX e início do século XX, já fora dos contornos da proposta inicial deste texto.

Para finalizar este momento de nosso trabalho, é mister registrar o encerramento da Associação no solo europeu e sua ligação com a Comuna de Paris. Sabemos que havia, nas hostes da Internacional, as divergências entre os antigos membros da *Aliança Internacional da Democracia Socialista de Bakunin* e o Conselho Geral liderado por Marx. Como sabemos através de Marx e Engels, tal desavença poria fim à organização dentro da Europa. Porém, o término das lutas parisienses enterrou as esperanças de uma nova fase revolucionária. Tudo isto pôde ser sentido na resolução da conferência de Londres do ano de 1871, “que exigia a fundação de partidos trabalhistas legais nos diversos países europeus como premissa de uma revolução socialista. Isso era inaceitável para os adeptos de Bakunin e de Blanqui...(e) tampouco atendia aos anseios do movimento sindical inglês” (Abendroth, 1977:42).

Com sua conhecida lucidez, Karl Marx, junto com o Conselho Geral da Internacional, propôs uma alternativa no famoso Congresso de Haia de 1872: a transferência da sede do Conselho Geral para os Estados Unidos, afastando-a dos seus adversários, que segundo sua concepção, trariam mais ruínas do que conquistas ao movimento. Foi o golpe de misericórdia, pois em 1876, a Internacional chegou formalmente ao seu fim.

Bibliografia

- ABENDROTH, W. (1977). *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BORGES, M. A. (1998) *A Formação do mundo do trabalho*. Anais do III Encontro Nacional/SEP. Rio de Janeiro.
- _____. (1997). Ontologia e Momento Ideal na Economia. *Pesquisa & Debate*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, PUC-SP.
- COUTINHO, M. C. (1993). *Lições de economia política clássica*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp.
- HELLER, A. (1983). *A filosofia radical*. São Paulo: Brasiliense.
- HOBSBAWN, E. (1982). *A Era do Capital - 1848-1875*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. (1972). *Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt*. Paris: Sociales.

- _____. (1979). *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global.
- _____. (1983/85). *O capital*. São Paulo: Abril. 3v.
- _____. (1987). *A burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo: Ensaio.